



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5842

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Executivo Municipal

Data: 16/12/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LE S/Nº/2004. (REJEITADO). Altera dispositivos das Leis nº 3.174, nº 3.175 e nº 3.176, de 23/12/2003 e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 27.4 **Posição:** 29 **Número de folhas:** 05

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
Cl: 21.4
Ordem: 29
nº 765/03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2004

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Altera dispositivo das Leis Municipais nº 3.174/03, 3.175/03 e da

Lei nº 3.176/03 - Código e dá outras providências.

(cargo em comissão)

Cavira

MOVIMENTO

Entrada em 16/12/2004

1 - _____

2 - Comissão de Legislação e Justiça

3 - _____

4 - REJEITADO O PROJETO E MANTIDA

5 - NO O PALECEIRO EM 21.12.2004

6 - _____

7 - _____

8 - _____

9 - _____

10 - _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 - Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

PROJETO DE LEI Nº _____

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.174/03, 3.175/03 E DA LEI Nº 3.176/03 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), aprova e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o Art. 29 da Lei nº 3.174/03, alterado pela Lei nº 3.193/04, que passa a vigorar com a seguinte redação e acrescenta § Único:

“Art. 29 – O ocupante de cargo em comissão não concorrerá à progressão e promoção enquanto durar o comissionamento e o servidor colocado à disposição nos termos dos arts. 32, 33 e 34 da Lei nº 3.175/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Montes Claros, terão suspensa a contagem de tempo para fim de progressão e promoção, até que voltem a exercer as funções próprias de seus cargos efetivos, na Prefeitura”.

Parágrafo Único – A progressão e promoção serão concedidas ao servidor afastado em decorrência do exercício do cargo em comissão, quando do retorno ao seu cargo efetivo, sendo que nesta ocasião o tempo de comissionamento será integralmente considerado para a aquisição desses benefícios”.

Art. 2º - O art. 94 da Lei nº 3.176/03 alterado pela Lei Municipal nº 3.193/04 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94 - O ocupante de cargo em comissão não concorrerá à progressão e promoção enquanto durar o comissionamento, ao servidor afastado em decorrência do exercício do cargo em comissão, quando do retorno ao seu cargo efetivo, sendo que nesta ocasião o tempo de comissionamento será integralmente considerado para a aquisição desses benefícios”.

[Handwritten signature]




Art. 3º - Fica modificado o Parágrafo Único do art. 37 da Lei Municipal nº 3.175/03, alterado pela lei nº 3.193/04, que passa a vigorar com a seguinte redação:


“Na hipótese dos incisos VI, VII e IX, o tempo de serviço não será considerado para progressão e promoção”.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 13 de dezembro de 2004.


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2004

PRESIDENTE

ILGAL A INSTITUICAO





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
REJEITADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
REJEITADO
EM 21 DE DEZEMBRO DE 2004
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2004 QUE “Altera dispositivo da Lei Municipal nº 3.174/03; 3.175/03 de da Lei nº 3.176/03 e dá outras providências.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento visa alterar dispositivos da Lei Municipal nº 3.174/03; 3.175/03 e da Lei nº 3.176/03, referente a não permissão do ocupante de cargo comissionado em concorrer à progressão e promoção.

Releva destacar, que o parágrafo único acrescentado ao art. 29 da Lei nº 3.174/03, estabelece:

“Parágrafo único – (...) quando do retorno ao seu cargo efetivo, sendo que nesta ocasião o tempo de comissionamento será integralmente considerado para a aquisição desses benefícios”.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê em seu art. 21, ser nulo de pleno direito ato que provoque aumento de despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto na CF e, ainda, o parágrafo único estabelece in verbis:

“Parágrafo único: Também é nulo de pleno direito ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20”.

Ex positis, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 20 de dezembro de 2004.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/MG 81.617